

## • Constituinte

### SEGUNDO TURNO

## PMDB e PFL admitem que só unidos podem ganhar nas votações

Responsáveis por 366 dos 559 votos da Constituinte, os líderes das bancadas do PMDB, Nelson Jobim, e do PFL, José Lourenço, chegaram no final da tarde de ontem a uma conclusão: somente com o apoio dos dois partidos será possível promover alterações no texto da Constituição durante o segundo turno de votações. "Não adianta eu querer uma coisa e ele outra", admitiu Lourenço, "nenhum de nós tem condições de impor a sua vontade sozinho."

O encontro dos dois aconteceu no gabinete da liderança do PMDB na Constituinte, poucas horas após a divulgação, pelo relator da Assembleia, deputado Bernardo Cabral, do texto aprovado no primeiro turno. Durante quase uma hora, Jobim e Lourenço tiveram uma conversa qualificada por ambos como "inicial e exploratória". Os entendimentos sobre eventuais acordos para o segundo turno só começaram após o início da apresentação de emendas supressivas.

"Identificamos um no outro disposição permanente para o diálogo", afirmou Lourenço. Em novo encontro programado para esta quarta-feira, ele pretende levar a Jobim uma cópia do estudo realizado pela bancada do PFL, indicando os 50 pontos que o partido considera mais importantes para a negociação do segundo turno, dos quais 25 são indicados como "extremamente importantes".

Segundo Nelson Jobim, eventuais acordos entre o

PMDB — cuja bancada hoje é de 242 parlamentares — e o PFL — com 124 constituintes — podem apressar as votações. "O normal seria votarmos item por item", explica, "mas podemos unir várias emendas supressivas em uma só se obtivermos entendimento."

O líder do PMDB considera que será extremamente difícil retirar do texto já aprovado artigos que não reúnam a antipatia tanto do seu partido quanto do PFL.

A principal razão, acredita Jobim, está no baixo quorum previsto para a nova fase da Constituinte: de 340 a 380 parlamentares. Como são necessários 280 votos para retirar qualquer artigo já aprovado, as emendas supressivas, na sua opinião, só passam se forem frutos de amplos entendimentos. "Se um partido precisa de votos para suprimir algum artigo e outro partido também procura votos para suprimir um artigo adicional, eles podem se compor", exemplifica o deputado.

Entre todos os temas polêmicos, um certamente vai frequentar as mesas de negociação entre o PMDB e o PFL: a jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos. O líder do PFL não abre mão de sua supressão da futura Constituição. "Ao invés de gerar mais empregos, ela poderá ter efeito contrário ao aumentar os custos de produção das empresas e diminuir a sua competitividade nas exportações", diz José Lourenço.

## Governo refaz contas e pode fazer voltar o crédito agrícola

por Ascânio Seleme  
de Brasília

O governo admite rever a suspensão de financiamento ao custeio agrícola e agropecuário, em decorrência de novos cálculos que está fazendo sobre o impacto da anistia da correção monetária, aprovada na semana passada pela Assembleia Nacional Constituinte. O diretor de Crédito Rural do Banco Central (BC), Hélio Ribeiro, disse ontem na sede do BC, em Brasília, que o cálculo do governo, que resultou em um total de CZ\$ 377 bilhões não levou em conta a limitação de cinco módulos rurais imposta ao texto final da emenda pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE).

Segundo assessores do BC, o volume do impacto apenas sobre operações de crédito rural, estimado em CZ\$ 249 bilhões no estudo apresentado pelo governo, deverá cair consideravelmente. O diretor de Crédito Rural do BC não sabe informar ainda o novo número,

mas adianta que antes mesmo da sua apresentação ao Ministério da Fazenda deverá determinar o reinício das operações de custeio agrícola e agropecuário. "A suspensão do custeio deverá ser revista em breve, o ministro da Fazenda é quem vai determinar", disse Ribeiro.

Além do BC, participam da elaboração dos novos cálculos os ministérios da Fazenda, Agricultura, e Reforma Agrária. O impacto encontrado anteriormente, e divulgado como definitivo pelo Palácio do Planalto, levou em conta as operações de crédito feitas a todos os médios e pequenos produtores rurais, classificados em leilão pelo tamanho das suas propriedades, como estabelece a emenda aprovada, mas de acordo com critérios de venda dos produtores, definidos com o Maior Valor de Referência (MVR).

### ANISTIA OFICIAL

O diretor de Crédito Rural do BC informou ainda

que bancos e o governo já tiveram prejuízos da ordem de CZ\$ 40 bilhões com a anistia da correção monetária fixada nas Resoluções nºs 1.352, 1.417, 1.462 e 1.467 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O primeiro documento isentou da correção monetária os empréstimos contraídos por produtores rurais (sem especificar o porte, o que inclui os grandes produtores) entre 28 de fevereiro de 1986 e 30 de junho do mesmo ano. Para os produtores da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Vale do Jequitinhonha (MG) e do Estado do Espírito Santo, o benefício foi estendido até 30 de outubro de 1986.

Esse prazo, ampliado sucessivamente pelas outras três resoluções, acabou fixando prazo final da isenção da correção monetária em 31 de março de 1988. Para Ribeiro, a anistia da cor-

reção aprovada na Constituinte foi apenas "uma ampliação dos benefícios dessas resoluções". Ele considerou as resoluções do CMN uma "correção das distorções do Plano Cruzado".

Ele não explicou, entretanto, porque o governo não anunciou antes da votação da emenda na Constituinte o benefício já concedido.

Para o BC, pelo menos um dado é correto e não tem chance de ser posteriormente retificado: "O Banco do Brasil arca com 70% de todo o volume de recursos injetados no campo", disse Hélio Ribeiro. O impacto da anistia para o setor sobre Banco do Brasil, portanto, vai corresponder ao montante da aplicação. Outra informação de Ribeiro deve ser considerada pelos bancos credores. De acordo com estudo do BC, feito há 45 dias, a inadimplência é de cerca de 2% do total de recursos aplicados no setor rural.

## Trussardi acha anistia a pequenos empresários decisão "injustificável"

por Ediana Balleroni  
de São Paulo

Os médios e grandes empresários pretendem derrubar a anistia da correção monetária dos débitos contraídos pelos pequenos durante o Plano Cruzado, no segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte. A alegação partiu de Romeu Trussardi Filho, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Ele considera injustificável a anistia, por privilegiar os que não pagaram, em detrimento daqueles que cumpriram suas obrigações em dia. "Além de criar um segmento privilegiado na sociedade, quando nós sabemos que diversas pessoas foram economicamente afetadas pela crença no Plano Cruzado, e agora, com a anistia, estão sendo discriminadas", acrescentou. Trussardi Filho disse que, segundo informações dos presidentes das associações comerciais do interior do estado, a maioria dos pequenos microempresários já havia acertado algum tipo de com-

posição de suas dívidas. O presidente da ACSP considera que esse assunto estará entre as prioridades do "lobby" que os empresários pretendem exercer no segundo turno de votação. Outros assuntos "prioritários" que se pretende suprimir do texto constitucional são a abrangência da legalidade da greve e os turnos de seis horas, afirmou.

"Quem defende a livre iniciativa tem de ser coerente. Não pode exigir tudo do 'pai eterno' (o governo). Ele não tem dinheiro para pagar essa anistia. Quem vai arcar com isso é a sociedade", vaticinou Trussardi Filho, "na medida em que os bancos oficiais são os detentores da maior parte dos créditos."

Trussardi Filho propõe um reescalonamento das dívidas, com dilatação dos prazos de pagamento, em vez do perdão.

Segundo ele, a anistia deverá reverter em prejuízo para os próprios micro e pequenos empresários, pois terão dificuldades em obter linhas de crédito junto ao sistema bancário.

(Ver matéria na página 25)

Aços relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 11 44451

60 anos Mangels  
Empresa 100% Brasileira